

Após Selic, governo volta atenção para guerra cambial

Paula de Paula

O governo oficializou ontem, por meio de publicação no Diário Oficial da União, que irá compensar o exportador que pagar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)...

O governo oficializou ontem, por meio de publicação no Diário Oficial da União, que irá compensar o exportador que pagar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de hedge (proteção contra variações cambiais) no mercado de derivativos. O exportador poderá descontar do valor do imposto que paga como contribuinte a quantia paga do tributo nas operações de proteção. Não sendo possível esse desconto, o empresário poderá solicitar a restituição ou a compensação do tributo. A medida já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2011, mas ainda dependia de regulamentação da Receita.

Desde setembro do ano passado, o governo tem taxado em 1% as operações de derivativos. Por conta disso, os exportadores que estão fazendo hedge passaram a ter um custo maior.

Outra frente do governo brasileiro está nas operações em moeda local com seus parceiros de BRICS. O grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul assinará, no fim do mês, um acordo de cooperação para estimular a concessão de empréstimos dentro do grupo utilizando suas respectivas moedas locais, de acordo com um porta-voz do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O acordo será assinado durante uma cúpula em Nova Délhi e criará parâmetros para negociações bilaterais que permitirão os empréstimos em moeda nacional, segundo o porta-voz do banco.

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse ontem que o governo continuará a trabalhar para evitar a valorização excessiva do real. Ele salientou que os investimentos estrangeiros de longo prazo são importantes para o País. "Vemos com bons olhos os investimentos de longo prazo. Já a entrada em que o investidor está olhando ganho de curto prazo, não achamos bom".

Segundo ele, está claro que o Brasil também recebe esse tipo de investimento e evitou comentar a possibilidade de o governo taxar o Investimento Estrangeiro Direto (IED). "Nosso objetivo é impedir entrada mais especulativa."

Para o professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Adriano Gomes, se o acordo realmente for assinado, haverá um crescimento na demanda por moedas dos países que formam o BRICS. "O que pode acontecer é que com a procura de uma única moeda, o valor dessa moeda tenderá a ficar mais forte e não haverá a pressão na entrada de dólares [no País], o que deve aliviar bastante a necessidade do governo de frear a entrada".

Outra consequência apontada pelo especialista é uma efetiva valorização do real, por haver uma maior demanda, e não pelo superávit, como ocorre atualmente. "O mercado vai reconhecer o real como moeda forte para a realização de trocas", completou. Mas o especialista acredita que a medida demorará em ser sentida..

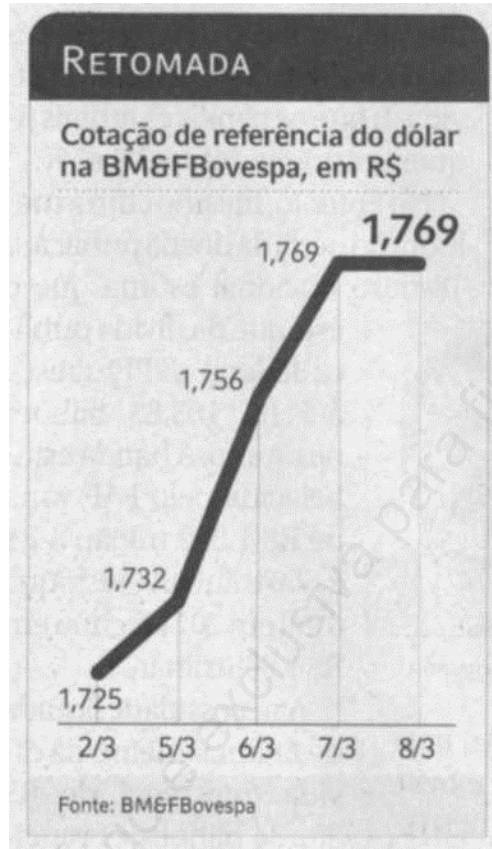
Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, na noite da última quarta-feira, realizar um corte de 0,75 pontos percentuais na taxa básica de juros (Selic), para 9,75%. O professor da Anhembi Morumbi, Osmar Visibelli, acredita que a valorização do real deve ter influenciado a decisão do Comitê, mas ele sustenta que pode haver uma confusão entre política cambial e política monetária. "A taxa de juros tem uma relação direta com política monetária e não com a política cambial, estamos usando uma mesma ferramenta para duas coisas distintas", disse.

Para o professor do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC), Mauro Rochlin, a redução da Selic irá influenciar muito pouco o câmbio, pois ainda há um diferencial da taxa praticada no Brasil e nos Estados Unidos da ordem de 6%. "Esse 0,75% [de redução], ainda

que bem-vindo, não é decisivo para o câmbio". O professor Visibelli concorda e afirma que "enquanto existir a liquidez no mercado internacional haverá apreciação do real porque o volume de recursos é muito forte, compomos reservas com ele [recurso]", completou.

O especialista do IBMEC aposta que, se a autoridade monetária mantiver a tendência de corte da taxa básica de juros, e esta chegar a 8% , há a possibilidade de uma leve influência no câmbio.



Fonte: DCI, São Paulo, 9 mar. 2012, Primeiro Caderno, p. A3.